



7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 4 de fevereiro de 2022

Bolsas Na quinta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Últimas cotações (em R\$)	Euro Comercial, venda na quinta-feira	Capital de giro Na quinta-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,18% São Paulo	112.144	R\$ 1.212	28/janeiro 5,390 31/janeiro 5,305 1º/fevereiro 5,273 2/fevereiro 5,276	R\$ 6,054	6,76%	10,73%	Agosto/2021 0,87 Setembro/2021 1,16 Outubro/2021 1,26 Novembro/2021 0,95 Dezembro/2021 0,73
1,45% Nova York	31/1 01/2 02/2 03/2						

FUNCIONALISMO / Medida seria uma alternativa ao reajuste de salários dos servidores. Sindicalistas rechaçam ideia

Governo estuda elevar benefícios

» FERNANDA STRICKLAND

O governo estuda a possibilidade de aumentar o valor de benefícios pagos aos servidores, como vale alimentação, em vez de conceder reajuste salarial, como a categoria reivindica. A medida é vista como uma forma de aplacar o ímpeto do movimento da categoria por correção dos vencimentos, e considerada uma alternativa de custo reduzido, se comparada ao impacto que a correção dos salários teria nas contas da União. Dirigentes de entidades representativas do funcionalismo, no entanto, rechaçam a ideia.

Os cálculos da área econômica apontam que cada 1% de reajuste concedido a servidores eleva os gastos federais em pelo menos R\$ 3 bilhões. O problema é que a verba disponível para correções salariais no Orçamento de 2022 é de somente R\$ 1,7 bilhão, suficiente apenas para um reajuste linear de 0,5% no contracheque dos servidores. Uma oferta desse tipo seria recebida como ofensiva pelos funcionários. Já os benefícios, de acordo com fontes que tiveram acesso aos estudos, por serem de valor menor, podem ter um percentual de reajuste mais robusto. Procurador, o Ministério da Economia não quis fazer comentários.

O auxílio-alimentação é de R\$ 458 mensais para os servidores ativos do Poder Executivo. Há, ainda, outros tipos de benefício. Servidores com filhos de até seis anos de idade, por exemplo, têm direito a receber auxílio pré-escolar de até R\$ 321 mensais.

Para representantes de entidades sindicais dos servidores, a possibilidade de aceitar apenas correções nos benefícios em vez de reajustes nos salários está fora de cogitação. “Temos que recompor as perdas inflacionárias, ao menos em parte, que já passamos de 28% desde o último aumento”, disse o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, um dos líderes do movimento por atualização dos salários do funcionalismo. Além disso, ele observou que mais da metade dos servidores

Geraldo Magela/Agência Senado



Segundo a área econômica, cada 1% de aumento salarial custa R\$ 3 bilhões à União. Reajuste de benefícios sairia mais em conta

Breno Fortes/CB/D.A. Press



Marques: “Temos de recompor as perdas inflacionárias”

são aposentados, que não recebem esses benefícios, e, portanto, ficariam de fora de qualquer ganho nos vencimentos.

Para Sérgio Ronaldo da Silva, coordenador do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores

Públicos Federais (Fonasefe), o governo “está achando que está em um pesque pague”. “Ele está jogando seu anzol em águas turvas, porque todo dia sai com uma ideia assim, testando o conjunto dos servidores pra ver qual

é a onda em que o servidor vai embarcar com a sua prancha de surfe.”

O coordenador do Fonasefe declarou que é preciso que o governo dê tratamento isonômico para o conjunto dos 1,2 milhão de servidores. “Que ele instale uma mesa de negociação, coloque os nossos pontos, nossos pleitos na mesa e que nos dê uma resposta oficial”, disse. “Não que fique nos testando. Estamos unidos”, afirmou.

No ano passado, o presidente Jair Bolsonaro havia acenado um reajuste apenas para os policiais. Nesse caso, a verba existente no orçamento deste ano seria suficiente. A promessa do presidente, no entanto, deflagrou a mobilização das demais categorias por correção geral de salários. A última vez que o governo concedeu um reajuste generalizado ao

funcionalismo foi em 2017. Em janeiro, Bolsonaro declarou que o aumento aos policiais estava suspenso. Desde então, ele tem pisado na tecla de que não há espaço no Orçamento para corrigir a folha de pagamento do governo.



O governo está testando possibilidades para poder sair da encrenca em que se meteu”

Sérgio Ronaldo da Silva,
coordenador do Fonasefe

Mais recentemente, o ministro da Economia, Paulo Guedes, argumentou que o país ainda enfrenta os efeitos da pandemia de covid-19 e que os servidores públicos não perderam emprego ou renda, como aconteceu com os trabalhadores da iniciativa privada.

Segundo Sérgio Ronaldo da Silva, o governo está testando possibilidades para poder sair da encrenca que se meteu. “Ele poderia já ter resolvido a situação ao mandar a proposta da Lei Orçamentária ao Congresso. Mas preferiu criar essa encrenca. Então ele, agora, vai ter que se virar”, afirmou.

Na live, Bolsonaro citou reportagem segundo a qual a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) orientou prefeitos a não conceder o aumento. “Vamos ver o que vai dar isso aí”, emendou. A solenidade de assinatura da portaria que estabelece o novo valor do Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais da Magistério Público da Educação Básica (PSPN) está prevista para as 11h.

Reunião sem acordo no Banco Central

» MARIA EDUARDA ANGELI*

Representantes dos servidores do Banco Central do Brasil se reuniram, ontem, com o presidente da instituição, Roberto Campos Neto para discutir as reivindicações da categoria por reajuste salarial e reestruturação das carreiras.

O Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) havia afirmado que, caso o governo não se posicione até 23 de fevereiro, os funcionários cruzarão os braços por tempo indeterminado a partir de 9 de março.

O presidente nacional do Sinal, Fábio Faiad, afirmou que a conversa com Campos Neto “foi positiva nas questões não-salariais da reestruturação de carreira”. “Apesar de algumas divergências, há, talvez, espaço para

convertermos a um texto para ser apresentado ao governo”, frisou. Ainda assim, o impasse a respeito das correções de salário continua, disse o sindicalista.

“Ocorre que tal impasse não está dentro do BC, mas sim no governo”, acrescentou Faiad. “Os representantes do governo dizem que não haverá reajuste para ninguém, mas alguns ministros e deputados da base governista já deixaram bem claro que o aumento dos policiais federais está garantido”, explicou.

O Sinal aprovou, na última quarta-feira, uma paralisação prevista para acontecer no dia 9 deste mês, das 8h às 12h. O sindicato diz que a mobilização, aprovada em assembleia virtual, tem apoio de mais de 90% dos membros da entidade e, por enquanto, continua de pé.

“Reiteramos o pleito de que os servidores do BC tenham um reajuste igual ao dos policiais. Por conta da intransigência do governo, manteremos a paralisação de 9 de fevereiro, o avanço nas listas de entrega de comissões e a possibilidade de greve por tempo indeterminado a partir de 9 de março”, pontuou Fábio Faiad.

Após a paralisação de 18 de janeiro, o Sinal já havia se reunido com Campos Neto, em uma conversa definida pelo líder do sindicato como positiva e produtiva, o que estabeleceu boa expectativa para as discussões desta semana.

Apesar disso, declarações do presidente Jair Bolsonaro (PL), bem como do deputado Ricardo Barros e dos ministros Ciro Nogueira (Casa Civil) e Paulo Guedes (Economia) foram percebidas pelos servidores como

sugestões de que o reajuste seria dado somente para os policiais federais, motivo para o protesto do dia 9 — informou a categoria em nota. Segundo o Sinal, a intenção do evento da próxima semana é apenas atrasar alguns serviços, e não interromper totalmente as atividades essenciais.

Orçamento

Pouco antes de se encontrar com o presidente do Peru, Pedro Castillo, em Roraima, nesta quinta, Bolsonaro afirmou que, para os reajustes, “o problema é o Orçamento”, evitando comentar uma data para realização das correções salariais.

Do Orçamento de 2022, R\$ 1,7 bilhão está destinado para novos pisos salariais de servidores públicos. A maior parte da quantia,

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Funcionários mantêm indicativo de greve em março

no entanto, tem previsão de ir para policiais federais e outras categorias de segurança, parte significativa da base de apoio

político do chefe do Executivo.

*Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo